

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO: Revisitando a Capital Federal e Suas Transformações Espaciais

Jesiel Souza Silva¹

RESUMO

O trabalho de campo em Geografia contribui para o aprimoramento das habilidades discentes com relação à leitura e interpretação de documentos e instrumentos geográficos e/ou cartográficos, como mapas e cartas, possibilitando aos alunos a oportunidade de aliar os conceitos teóricos à prática. O objetivo deste estudo é entender a importância do trabalho de campo para o ensino de Geografia a partir das percepções discentes de um trabalho de campo realizado em Brasília/DF, com alunos do curso Técnico em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde. Os resultados do trabalho possibilitaram aos alunos entender a própria formação de Brasília, considerada uma cidade-parque, a partir de quatro escalas distintas: a) a bucólica; b) a monumental; c) a residencial e d) a gregária.

Palavras-chave: Brasília. Aula de campo. Prática pedagógica.

THE FIELD WORK IN GEOGRAPHY AS A TEACHING INSTRUMENT: REVIEWING THE FEDERAL CAPITAL AND ITS SPACE TRANSFORMATIONS

ABSTRACT

Fieldwork in Geography contributes to the improvement of students' abilities in reading and interpreting documents and geographic and/or cartographic instruments, such as maps and letters, allowing students the opportunity to combine theoretical concepts with practice. The objective of this work is to understand the importance of the fieldwork for the teaching of geography from the student perceptions of a field work carried out in Brasília/DF, with students of the Technical Course in Administration of the National Program of Integration of Basic Education with Professional Education in the Youth and Adult Education Mode (Proeja) of the Goiano Federal Institute, Rio Verde Campus. The results of the work allowed the students to understand the formation of Brasília, considered a park city, from four different scales: a) bucolic; b) a monumental; c) the residential; and, d) the gregarious.

Keywords: Brasilia. Field class. Pedagogical practice.

RECEBIDO EM: 28/11/2018

ACEITO EM: 1º/9/2019

¹ Doutor em Geografia – Gestão Territorial e Ambiental pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (IH-UnB). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/Embrapa Meio Ambiente (2010). Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras (2008). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Jataí (2006). Docente do Instituto Federal Goiano. <http://lattes.cnpq.br/1262375754694269>. <https://orcid.org/0000-0002-6682-3750>. zielsilva@hotmail.com

A formação do conhecimento geográfico é resultado de diversos processos e metodologias desenvolvidas e utilizadas ao longo dos anos. Entre elas destacam-se as atividades de campo, realizadas em diferentes espaços, nos quais o professor tem o papel de auxiliar o aluno por meio da investigação destes para que ele possa ser uma parte essencial do processo de percepção do espaço, compreensão da dinâmica espacial e análise dos fenômenos propostos no estudo.

“A Geografia como ciência da sociedade e instrumento de análise espacial precisa estar presente nas práticas de ensino de forma efetiva, modificando o foco no qual os conhecimentos geográficos são evidenciados transformando o *status quo* da memorização” (DE LA FUENTE, 2012, p. 23). Assim, o trabalho de campo deve ser essencial na prática do professor de Geografia, pois, além de auxiliar na compreensão da dinâmica espacial, possibilita a apreensão do conhecimento de temáticas que são essenciais a uma análise espacial, assim como contribui para um olhar crítico voltado às contradições da sociedade e transformações dos espaços.

Cioccari (2013, p. 19) destaca que o trabalho de campo contribui “para que o professor (re)signifique as metodologias de ensino, assim como estabeleça parcerias efetivas com os alunos, que, respondendo às expectativas, constroem seus significados”.

Conforme Souza e Pereira (2007), várias expressões são frequentemente utilizadas para se referir a esse tipo de atividade, a saber: aula de campo, pesquisa de campo e outras. Segundo esses autores:

O trabalho de campo é entendido como toda e qualquer atividade investigativa e exploratória que ocorre fora do ambiente escolar, é um tipo de atividade que é na maioria das vezes muito bem aceita pelos alunos, em função da possibilidade de sair da rotina escolar de sala de aula, e é um instrumento didático importante no ensino de Geografia, uma ciência que se encarrega de explicar os fenômenos resultantes da relação sociedade/espaço (SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 2).

Os espaços para o desenvolvimento de um trabalho de campo podem ser os mais diversos, desde os mais próximos até espaços mais longínquos, dependendo do objetivo e da proposta de análise espacial.

O próprio espaço onde o aluno vive, ou seja, seu bairro, sua cidade, representa um recorte interessantíssimo para análise em um trabalho de campo. O aluno tendo a possibilidade de observar a paisagem urbana identificando suas transformações, sua dinâmica, e se perceber como parte e também produtor deste espaço, contribuirá assim para sua formação enquanto cidadão (SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 3).

Cioccari (2013, p. 18) traz importantes contribuições sobre a relevância do trabalho de campo em Geografia, também para possibilitar “uma maior convivência com os alunos, no sentido de troca de experiências e de aproximação nos diálogos que contemplam o relato do dia a dia de cada um”, fazendo com que a confiança estabelecida entre professor e aluno seja “bem diferente e explícita que a relação e a confiança que aconteciam apenas nas salas de aula”, proporcionando “ao aluno uma vivência com o professor de maneira prática, em que as trocas entre eles se tornam cada vez mais aprimoradas”.

O município de Rio Verde apresenta os melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás. Nesse sentido, a Tabela 1, a seguir, apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 1991, 2000 e 2010. Com uma área territorial de 8.379,66 km² e uma população estimada de 235.647 habitantes (IBGE, 2016), o município de Rio Verde tem uma produção que alcança todos os setores: da pecuária à agricultura, da indústria ao comércio e aos serviços (IMB, 2009).

Tabela 1 – População (2015) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Sudoeste do Estado de Goiás (1991-2010)

MUNICÍPIO	População Estimada - 2015	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M 2010
Aparecida do Rio Doce	2.510	0,373	0,565	0,693
Aporé	4.077	0,372	0,574	0,693
Caiapônia	18.148	0,442	0,562	0,693
Castelândia	3.642	0,374	0,546	0,701
Chapadão do Céu	8.589	0,425	0,618	0,742
Doverlândia	7.842	0,331	0,504	0,668
Jataí	95.998	0,497	0,627	0,757
Maurilândia	12.956	0,448	0,546	0,677
Mineiros	60.464	0,479	0,59	0,718
Montividiu	12.101	0,379	0,578	0,733
Palestina de Goiás	3.499	0,355	0,525	0,713
Perolândia	3.105	0,373	0,551	0,676
Portelândia	4.015	0,369	0,553	0,654
Rio Verde	207.296	0,488	0,633	0,754
Santa Helena de Goiás	38.378	0,477	0,582	0,724
Santa Rita do Araguaia	7.916	0,475	0,596	0,714
Santo Antônio da Barra	4.714	0,375	0,54	0,691
Serranópolis	8.147	0,423	0,563	0,681
Total	503.397			

Fonte: IMB, 2015 .

O trabalho de campo foi desenvolvido em três etapas distintas e sequenciais, a saber:

- a) a primeira, conhecida como aula pré-campo;
- b) a segunda, como trabalho de campo e
- c) a última, como pós-campo.

Essas etapas serão discutidas no desenvolvimento do artigo.

A visita ocorreu no mês de novembro de 2017, com a participação de 15 alunos, e teve como principal objetivo compreender a análise do planejamento urbano de Brasília a partir das escalas de Lúcio Costa, com o tema o “Planejamento Urbano e a Concepção Urbanística de Brasília”. A aula foi fundamental para a formação prática e teórica dos discentes devido à riqueza dos dados coletados a partir da prática da observação do espaço ter sido essencial para a ampliação dos conhecimentos dos alunos, indo além daqueles adquiridos a partir da teoria em sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

Esse importante instrumento didático tem sido utilizado de forma ampla pelos professores de Geografia, seja no Ensino Fundamental ou Médio, como um importante recurso educacional no processo de aprendizagem, pois também favorece a análise escalar do ambiente. O processo de planejamento do trabalho de campo, no entanto, precisa ser

claro e desenvolvido de acordo com a proposta pedagógica. Assim, “o trabalho de campo precisa ser previamente planejado dentro de uma proposta pedagógica viável, para que o mesmo possa ter êxito e alcance o resultado desejado” (SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 3). Para esses autores, um trabalho de campo bem planejado deve perpassar as seguintes etapas:

[...] inicialmente eleger uma temática, que pode ser por exemplo um conteúdo que comumente os alunos enfrentam dificuldades para assimilar; em seguida o professor deve fazer uma visita prévia ao local ou locais que levará os alunos; a partir deste momento o professor já pode mensurar a viabilidade financeira e pedagógica do trabalho; após este momento é hora de construir o planejamento deixando bem claro, principalmente, objetivos e metodologia; deve se ter um momento para discutir com direção e coordenação pedagógica o tipo de trabalho que será realizado, para que os mesmos possam comunicar os pais em caso de alunos menores (SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 9).

Segundo Ciocari (2013, p. 19), o trabalho de campo contribui “para que o professor (re)signifique as metodologias de ensino, assim como estabeleça parcerias efetivas com os alunos, que respondendo às expectativas, constroem seus significados”.

Uma vez que “um trabalho de campo para ser eficaz em sua proposta deve ser precedido de uma discussão em sala de aula, levando os alunos discutir a temática que será problematizada em campo” (SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 4), na fase pré-campo foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do trabalho de campo, buscando a eficiência da aula a partir do que se veria a campo. A partir desse referencial teórico foram colhidas informações pelos discentes sobre a realidade do espaço a ser estudado no decorrer das fases de preparação e realização do trabalho de campo. Para Souza e Ferreira (2007, p. 4), o estudo teórico prévio tem a finalidade de construir “um embasamento conceitual e metodológico” que viabiliza “uma maior aprendizagem”.

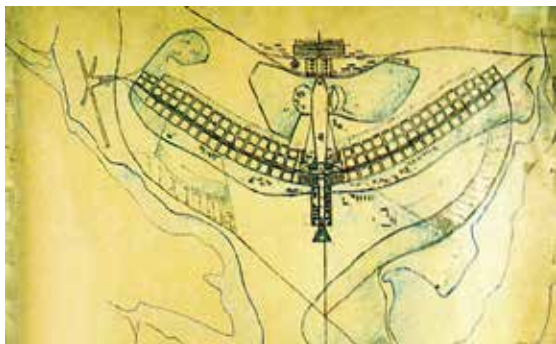
Desse modo, foram discutidos em sala elementos sobre as transformações espaciais de Brasília e sua formação como capital do país. Essa aula foi fundamental para compreender melhor o espaço a ser analisado, sobretudo a partir do seu projeto de construção até hoje, destacando elementos que fizeram de Brasília uma cidade moderna e povoada, com diversas formas e funções socioeconômicas. Assim, várias ilustrações foram visualizadas em sala de aula a fim de contribuir para um melhor entendimento dos alunos quanto ao espaço analisado, considerando que, para Severo (2014, p. 1), a configuração urbana de uma cidade resulta “de diversas ações e processos que desenham sua ocupação ao longo do tempo”.

Com o intuito de contribuir com a questão espacial dos alunos, diversos mapas e imagens aéreas de Brasília foram disponibilizados em sala de aula a fim de demonstrar a dinâmica física, social e econômica de Brasília. As Figuras 2 e 3 representam algumas dessas imagens analisadas em sala de aula e mostram o Lago Paranoá, ao centro, além das asas Sul e Norte do Plano Piloto de Brasília, na forma de um avião, como projetado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa (1902-1998).

O projeto do Plano-Piloto, como não poderia deixar de ser, é o mais escrutinado da trajetória de Lúcio Costa, não só pelo tamanho e função, outrossim, por ser a síntese de sua vivência na práxis. Quando ele diz que a proposta enviada para o concurso internacional de projetos para a construção da nova capital, foi, na realidade, uma maneira de *desvencilhar-se de uma idéia*, em verdade, é o resumo de um conheci-

mento acumulado, representado por *croquis* e traduzido em texto, assim como o ponto de convergência do pensamento urbanístico de uma época, concebido com um alto grau tanto de temporalidade social como individual (LAUANDE, 2007, p. 1).

Figura 2 – Brasília nos anos de 1960
– Primeiros anos de Brasília, nos traços
de Lúcio Costa



Fonte: Revista Época (2010).

Figura 3 – Brasília hoje – vista aérea de
Brasília, de seu Plano Piloto



Fonte: Revista Época (2010).

Brasília foi planejada para ser a nova capital do país, com um projeto ambicioso e construído, entre 1956 e 1960, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Para Oliveira (2008, p. 6), a construção de Brasília no interior do país foi resultado de um dos discursos mais bem articulados do Estado moderno. Conforme o autor, “a ideia de Brasília transcendeu a questão da estratégia de segurança do núcleo do poder e se transformou na forma de materialização de uma questão de nacionalidade e desenvolvimento nacional”.

Lauande (2007) assevera que uma cidade é resultado de um processo econômico e social e nasce de uma vontade política, não sendo resultado de um fato casual.

O projeto de integração do país por intermédio de rodovias apressou a construção de uma nova capital e, como bem se sabe, a mentalidade desenvolvimentista era a principal característica do período JK, cujo carro-chefe era a indústria automobilística. Para Lúcio Costa, a industrialização significava a própria redenção da sociedade, levando-a a criar, de forma intencional, uma cidade que viria a privilegiar o deslocamento por automóveis. Os dois trechos utilizados abaixo comprovam o envolvimento de Lúcio Costa com o pensamento da época (LAUANDE, 2007, p. 1).

A partir de sua construção Brasília foi povoada por trabalhadores de todo o país, com representação cultural de todas as regiões brasileiras, percebidas na própria diversidade cultural da cidade. Para Severo (2014), desde sua criação foi planejada pelos traços de Lúcio Costa e, ao longo dos anos, a cidade conheceu os efeitos do processo de urbanização em seu território.

Tendo em vista que o Plano Piloto de Lúcio Costa, em 1957, foi a origem da ocupação territorial da nova capital e, conseqüentemente, do Distrito Federal, tomamos este documento como um importante instrumento de planejamento urbano. A partir de então, com a intenção de conter o crescimento da cidade e conceber uma política de criação e ordenação de núcleos urbanos periféricos no Distrito Federal, buscou-se a implementação dos Planos Diretores que são instrumentos básicos da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das localidades urbanas (SEVERO, 2014, p. 12).

Ao longo dos anos, porém, a cidade passou por grandes transformações, conforme afirmado por Severo (2014), sendo necessária a criação de vários planos com o objetivo de ordenar o crescimento do Distrito Federal, que não foi pensado e planejado junto com a construção de Brasília, fazendo nascer uma cidade diferente da que foi planejada e criando a necessidade de se pensar na Brasília real que exigia um planejamento que transcendesse seu plano original.

Pretendia-se constituir em Brasília um aglomerado urbano peculiar e distinto de todos os demais, pois tinha-se um espaço “vazio” que seria possível ser organizado em busca de não se cometer os problemas que vinham sendo detectados em outros aglomerados urbanos. Porém, no processo de urbanização de Brasília, o planejamento só começa a aparecer na década de 70, exceto, quando falamos do Plano Piloto de Lúcio Costa – 1957, como sendo a origem da ocupação territorial (SEVERO, 2014, p. 13).

Severo (2014) destaca que o Distrito Federal era um lugar que se apresentava como uma grande oportunidade de várias pessoas recomeçarem a vida, com a construção de uma nova cidade, passando a noção de que seria diferente dos locais de origem de várias pessoas.

Contudo, não foi isso que aconteceu, e a população, a maioria de trabalhadores, que por aqui ficaram, foram marginalizados e passaram a viver nas áreas periféricas do Plano Piloto. As cidades satélites, como foram chamadas as áreas periféricas, constituíam outras cidades bem diferentes da qual estava sendo construída (SEVERO, 2014, p. 1).

Figura 4 – Brasília em Imagem da Nasa (2001)



Fonte: Brasil Turismo (2018).

Em sala foram discutidas as principais transformações socioeconômicas de Brasília, a partir da Figura 5, destacando-se os índices de população, como número de habitantes, densidade populacional, gênero, faixa etária, etc.; de saúde; de economia, como PIB, PIB *per capita*; de educação, entre outros.

Figura 5 – Tópico das transformações do Distrito Federal



Fonte: Revista Época.²

Nesta aula também foram repassadas aos alunos as principais orientações relacionadas à segurança e ao vestuário adequado para o desenvolvimento e participação na atividade. O transporte foi custeado pela própria instituição de ensino por meio da diretoria de extensão.

Para desenvolvimento da aula a campo utilizaram-se alguns materiais, como: máquina fotográfica, pranchetas e cadernetas para anotações e diversos tipos de mapas (geológico, hidrográfico, político e rodoviário).

² REVISTA ÉPOCA. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI133812-15223,00-A+TRANSFORMACAO+DO+DISTRITO+FEDERAL+BRASILIA.html>. Acesso em: 1º out. 2018.

Já na fase de campo os alunos tiveram contato com a realidade para observação e estudo do que haviam discutido em sala de aula. O trabalho de campo da disciplina de Geografia teve como tema “*As transformações espaciais na capital federal do Brasil*”, o que permitiu discutir o planejamento urbano e a interação dos fenômenos sociais e naturais da capital brasileira. Munidos de mapas e ilustrações da cidade os alunos puderam visualizar o que foi discutido em sala de aula.

É preciso destacar que o planejamento urbano

[...] seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia – o diagnóstico técnico – que revelaria e fundamentaria os “problemas urbanos” e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seriam objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades cuja execução tocaria a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (VILLAÇA, 2004, p. 187).

No decorrer da visita constatou-se a presença de quatro escalas distintas, a saber:

- a) a bucólica
- b) a monumental
- c) a residencial e
- d) a gregária.

Para Azevêdo, Neves e Lira (2014, p. 5), o conjunto urbanístico de Brasília se estrutura em quatro escalas, e cada uma delas possui características específicas, aferindo diferentes interações humanas. Não é apenas um conceito situado em um plano abstrato, mas também “conceito ‘operacional’ quando as normas de preservação do conjunto urbano tombado foram pautadas na construção de parâmetros de uso e ocupação específicos para cada uma das escalas constituintes do Plano Piloto”.

É assim nas duas principais normas de preservação do conjunto urbanístico de Brasília, o Decreto nº 10.829 de 14/10/1987 (nível distrital) e a Portaria nº 314/1992 (nível federal), que regulamentam os tombamentos e definem regras gerais de preservação, como também será no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), em elaboração pelo Governo do Distrito Federal, que zoneia o conjunto tombado a partir de suas funções e dos atributos físicos relacionados às escalas urbanísticas (AZEVEDO; NEVES; LIRA, 2014, p. 5-6).

A caracterização de Brasília a partir das diversas escalas proporcionou aos alunos correlacionar o espaço urbano com suas formas e funções. Durante o percurso foram abordados temas de suma importância para a compreensão da formação urbana de Brasília e sua concepção urbanística, destacando as influências positivas e negativas na relação entre a capital do país e as cidades satélites no entorno de Brasília.

A visita deu-se em alguns dos principais locais de Brasília, desvendando as quatro escalas de sua concepção urbanística, de acordo com o decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que regulamenta o artigo 38 da Lei nº 3.751, de abril de 1960, sendo:

a escala monumental, que foi concebida para conferir a marca de efetiva capital do país, configurado no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti (COSTA, 1987), com a presença do Palácio do Planalto (Figura 6) e do Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional (Figura 7) Palácios do Itamaraty e da Justiça, etc.;

A partir de uma grande esplanada estão dispostos os edifícios que abrigam a alma político-administrativa do país e do governo local, que representa a dimensão coletiva da cidade. A ocupação do solo na escala monumental é feita a partir de um eixo único, que tem claramente um foco que representa os três poderes do Estado, ocupado por edifícios monumentais centralizados (Praça dos Três Poderes). A relação de proporção entre as áreas edificadas e as não edificadas, o contraste entre os extensos vazios urbanos e os imponentes edifícios, com excepcional qualidade artística, confere a monumentalidade do lugar (AZEVEDO; NEVES; LIRA, 2014, p. 6).

Figura 6 – Palácio do Planalto



Fonte: Acervo do autor.

Figura 7 – Congresso Nacional ao Fundo



Fonte: Acervo do autor.

a escala residencial, que proporciona uma nova maneira de viver, específica de Brasília, configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário Residencial com a presença das Superquadras (COSTA, 1987) (Figuras 8 e 9).

O eixo residencial representa o homem no nível individual de sua existência, onde ele possa viver com boa qualidade, possibilitando-o de usufruir, na forma plena, dos momentos de descanso e do convívio social mais íntimo. As superquadras foram implantadas no sentido da curvatura das curvas de nível, com o gabarito máximo de seis pavimentos, permitindo que as copas das árvores e as coberturas dos edifícios estivessem, invariavelmente, em uma altura relativamente próxima umas das outras. A superquadra é uma das *faces humanas* da cidade, as quais os críticos mais contumazes, por uma capacidade limitada ao intransitivo, não conseguem vislumbrar (LAUANDE, 2007, p. 1).

Figura 8 – Alunos visitando a Superquadra 306 Figura 9 – Alunos visitando a Superquadra 305



Fonte: Acervo do autor.



Fonte: Acervo do autor.

a escala gregária, que representa o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, configurada na Plataforma Rodoviária e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Aventura e de Rádio e Televisão Sul e Norte (COSTA, 1987). Para Azevêdo, Neves e Lira (2014, p. 6), essa escala é composta “pela intersecção dos eixos monumental e rodoviário-residencial, sendo considerada o coração da cidade”. A plataforma rodoviária é o principal elemento que integra de forma simbólica o Plano Piloto com as cidades satélites e o que melhor sintetiza a sua função agregadora.

Figura 10 – Escala Gregária



Fonte: Museu Virtual de Brasília.

Figura 11 – Escala Gregária



Fonte: Museu Virtual de Brasília.

a escala bucólica confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, destacando a cobertura vegetal do cerrado nativo e o acesso público à orla do Lago Paranoá (COSTA, 1987). A escala bucólica é “o que faz de Brasília uma cidade aberta, sem limites espaciais, um genuíno exemplo do espírito de época moderno. Nesta escala os vazios se tornam intencionais, ou seja, são vazios projetuais” (AZEVEDO; NEVES; LIRA, 2014, p. 6).

A escala bucólica está presente nos vazios urbanos e na densa massa vegetal que envolve a cidade, configurada em todas as áreas livres. Enquanto que as outras três escalas possuem uma clara definição espacial, com seus padrões de uso e ocupação do solo e gabaritos limitados, a escala bucólica possui uma expressão intangível, que permeia todas as outras. A escala bucólica é responsável pelo caráter de cidade-parque (BOTELHO, 2009 *apud* AZEVÊDO; NEVES; LIRA, 2014, p. 6).

Assim, para Azevêdo, Neves e Lira (2014, p. 6-7), a escala bucólica está presente de forma distinta nas escalas do Plano Piloto de Brasília, a saber:

1) através das densas áreas arborizadas que formam um cinturão verde em torno das superquadras; 2) com o paisagismo como elemento de composição e integração entre a arquitetura e outras artes (escultura, pintura, painéis), fazendo-se de elo entre o interior e o exterior dos edifícios; 3) como elemento de composição volumétrica a partir dos cheios e vazios (áreas non aedificandi),³ como no caso do canteiro central do eixo monumental, que deve estar sempre gramado e não edificado; 4) com a presença do céu como “moldura” para os edifícios institucionais.

O Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, fundado em 1978 e um dos maiores parques urbanos do mundo, com 4.200.000 m² de área em seu total, é uma importante área de representação da escala bucólica. Nele há inúmeros atrativos para a população, sobretudo voltados ao esporte e lazer, como quadras de futsal, vôlei, basquete, etc., além de pista de cooper, parque de diversões, quiosques, lago artificial, entre outros. O projeto de construção do parque é de Oscar Niemeyer, a obra paisagística de Burle Marx e a área urbanística de Lúcio Costa. Para Carvalho *et al.* (2001, p. 67), “o Parque da Cidade é espaço livre de uso público resultante do parcelamento deste trecho da cidade, na década de setenta, que o instituiu como parque urbano”.

O Parque é elemento urbano de elevado significado na vida do Distrito Federal e de seus habitantes. Sua implantação é marca importante no caminho de consolidação desta cidade e, assim como ela, está sujeito à passagem do tempo e às mudanças, ocasionadas sobremaneira pela necessidade constante de adequação às particularidades de cada época. É evidente ser necessário que essa adequação seja balizada pelas linhas mestras da concepção original, de modo que não se perca a essência da obra, nem haja desvirtuamento da concepção do projeto original (CARVALHO *et al.*, 2001, p. 67).

De acordo com Carvalho *et al.* (2001), a empresa do arquiteto Burle Marx apresentou projeto que dividia o Parque da Cidade em cinco áreas funcionais, a saber:

- a. Zona Administrativa, onde era previsto o funcionamento da Administração do Parque além de espaços para orientação e atendimento ao visitante, ambulatórios e áreas de recreação coletiva.
- b. Zona da Feira, composta por áreas para abrigar eventos que ocorriam de forma dispersa pela cidade, entre eles a Festa dos Estados, Festa das Nações, etc.

³ São consideradas áreas *non aedificandi* todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste Decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominante residencial em Brasília Revisitada (COSTA, 1987).

- c. Zona do Lago, que previa a criação de um lago, circundado por áreas de estar e piqueniques.
- d. Zona Cultural, com previsão de praça com restaurantes e ripado, envolvida por áreas para estar, piqueniques, churrasqueiras, escadas-d'água, repuxos e lagos e
- e. Zona Esportiva, dividida em três setores, de acordo com as características das atividades esportivas: a) área para atividades de hipismo; área de jogos coletivos; área de campos de aerodelismo e lago para modelismo naval.

Um papel importante também deveria ser desenvolvido pela vegetação, amenizando o clima seco e quente do Planalto Central, com a criação de sombras, proporcionando conforto aos usuários do Parque. Assim, “foi determinado como premissa que as espécies arbóreas e a vegetação de sub-bosque [...] deveriam ser preservadas em detrimento das vegetações especificadas no projeto”, buscando a garantia da preservação das características da flora e fauna regionais (CARVALHO *et al.*, 2001, p. 7-8).

Figura 12 – Zona Administrativa



Figura 13 – Zona da Feira



Figura 14 – Zona do Lago



Figura 15 – Zona de Lazer



Fonte: CARVALHO *et al.*, 2001.

Já no ano de 2001, porém, de acordo com Carvalho, inúmeros elementos dispostos pelo Parque não estavam condizentes com a sua função original, entre eles:

- a. na Zona Administrativa falta plantação das espécies vegetais especificadas no projeto original de paisagismo, criando certa aridez ao Parque;
- b. na Zona da Feira houve uma descaracterização da proposta inicial, dado que, nesse espaço, foi instalada uma única edificação, com arquitetura pouco qualificada e de forte interferência visual na paisagem do Parque, não se harmonizando com o local. Ainda nessa zona não foi feito o paisagismo, conforme previsto no projeto original de Burle Marx. Isso poderia amenizar o impacto da edificação naquele espaço;
- c. na Zona do Lago, por exemplo, não houve a construção dos passeios de pedestres e das áreas de estar que circundam o lago, etc. A vegetação proposta no projeto original não foi desenvolvida, a qual incluía plantas aquáticas que deveriam compor algumas ilhas;
- d. em relação à Zona Cultural, existem vários problemas, como: construções erguidas em conformidade com os usos propostos no projeto inicial; construções em péssimo estado de conservação; falta de passeios e áreas de estar; vegetação rarefeita e não condizente com a sugerida no projeto; mobiliário de forma desordenada no interior da praça; lixeiras espalhadas desordenadamente e de modelos distintos; iluminação se mostra inadequada ao local; entre outros, e
- e. apesar de ser a que mais se harmoniza com o projeto inicial, a Zona Esportiva também enfrenta alguns problemas, como: lago destinado para nautimodelismo naval encontra-se seco; a vegetação é quase inexistente; a presença de alambrado solto em meio a um espaço árido.

Após o trabalho de campo, foi realizada uma aula para discutir os elementos teóricos, vistos *a priori* em sala, e os elementos práticos, vistos em campo no decorrer da aula *in loco*. Para Ciocari (2013), o trabalho de campo deve ser entendido como indispensável para a prática do ensino de Geografia, mas não é suficiente, posto que o retorno à sala de aula após a realização do trabalho de campo é fundamental para a retomada de conteúdo ou até mesmo para avaliação do aprendizado do aluno. Como instrumento de avaliação da participação dos alunos no trabalho de campo foram utilizados três instrumentos, a fim de avaliar a sua percepção e participação, a saber:

- a. a apresentação oral dos temas discutidos em sala e em campo,
- b. debate em sala de aula e
- c. a confecção de relatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de campo em Geografia têm se mostrado fundamentais no processo de ensino de Geografia. Em qualquer pesquisa geográfica o trabalho de campo é indispensável. Da mesma forma, é um importante instrumento para o ensino de Geografia, pois, quando bem planejado, oferece condições para uma melhor compreensão e en-

tendimento da realidade do espaço estudado a partir da teoria vista em sala. A fase de planejamento do trabalho de campo, porém, é imprescindível, pois é nesse momento que o profissional vai levantar os dados a serem explorados na aula de campo.

Os resultados do trabalho permitiram aos alunos entender a própria formação de Brasília, considerada uma cidade-parque, a partir de quatro escalas distintas:

- a. a bucólica, configurada pelas várias áreas de lazer e faixas arborizadas, como parques públicos, praças, jardins, orla do Lago Paranoá, entre outras;
- b. a monumental, formada pelo eixo monumental, que vai desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti e se caracteriza pelas construções com uma arquitetura moderna que abriga a vida político-administrativa do Brasil;
- c. a residencial, representada por um modo de viver em superquadras nas Asas Sul e Norte e
- d. a gregária, que representa a escala de convívio, representada pelos setores comercial, de autarquias, bancário, hoteleiro, de diversões e cultura, médico-hospitalar, etc.

Conclui-se que o trabalho de campo em Geografia é indispensável para o ensino da própria disciplina. A observação das diversas paisagens possibilitou o desvendar de novos espaços geográficos, permitindo ao aluno analisar as transformações espaciais mediante a apropriação do espaço pelo homem.

REFERÊNCIAS

- AZEVÊDO, Gabriela; NEVES, Carolina; LIRA, Flaviana. A paisagem do Plano Piloto de Brasília em suas escalas. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Enanparq, 2014. p. 1-13.
- BRASIL TURISMO. Brasília em Imagem da NASA. *Guia Geográfico de Brasília*. Disponível em: <http://www.brasil-turismo.com/distrito-federal/imagem.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- CARVALHO, Adilson Brito *et al.* *Plano de uso e ocupação do parque da cidade*. Documento Técnico, 2001.
- CIOCCARI, C. C. *Ensino de Geografia e o trabalho de campo: construindo possibilidades de aprendizagem sobre o espaço urbano e rural em Júlio de Castilhos, RS*. 2013, 91f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2013.
- COSTA, L. Brasília revisitada. *Diário Oficial do Distrito Federal* – Decreto Nº 10.829. Brasília, 1987. Disponível em: www.sehab.df.gov.br. Acesso em: 25 set. 2018.
- DE LA FUENTE, A. R. de S. *O trabalho de campo em geografia: múltiplas dimensões espaciais e a escolarização de pessoas surdas*. 2012, 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estado: Rio Verde-GO*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/rio-verde.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- IMB. Instituto Mauro Borges. Estatísticas Municipais (Séries Históricas). *Rio Verde: capital do agronegócio*. 2009. Disponível em: <http://wwwold.imb.go.gov.br/pub/rank/2009/RioVerde.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.
- IMB. Instituto Mauro Borges. Estatísticas Municipais (Séries Históricas). *Sudoeste do Estado de Goiás*. 2015. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=219. Acesso em: 18 out. 2016.
- LAUANDE, F. *O projeto para o plano-piloto e o pensamento de Lúcio Costa*. 2007. Disponível em: www.vitruvius.com.br. Acesso em: 12 set. 2018.
- OLIVEIRA, Rômulo Andrade de. *Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atrasado*. 2008, 195f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

REVISTA ÉPOCA. *A Transformação do Distrito Federal: Brasília 50*. 2010. Redação Época. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI133812-15223,00-A+TRANSFORMACAO+DO+DISTRITO+FEDERAL+BRASILIA.html>. Acesso em: 19 out. 2018.

SEVERO, Denise de Sousa. *Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia*. 2014, 77f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2014.

SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. Imagem Landsat8 6R5G4B, sensor OLI de 2013. In: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. (org.), 2014.

SOUZA, J. C. de; PEREIRA, R. M. Uma reflexão acerca da importância do trabalho de campo e sua aplicabilidade no ensino de Geografia. In: Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, 6., 2007, Uberlândia. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2007. p. 1-11.

SOUZA, S. O.; CHIAPETTI, R. J. N. O trabalho de campo como estratégia ao ensino de Geografia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 3, p. 3-22, 2012.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. p. 169-243.